



A CEMIG e suas controladas (“Grupo CEMIG”) apresentaram, no exercício de 2002, um prejuízo de R\$1.002 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$478 milhões no exercício de 2001.

O resultado do Grupo CEMIG em 2002 foi substancialmente impactado pela desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, gerando R\$803 milhões de despesa com variação cambial, pelas provisões para perdas referentes ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045 milhões, e para a estimativa de recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária, no montante de R\$178 milhões. Além disso, a aquisição do controle da Infovias trouxe encargos adicionais.

Djalma Bastos, nosso presidente disse:

“Tivemos um ano bastante conturbado, no qual pontificaram as conseqüências do racionamento que trouxeram muitas dificuldades não só de compreensão do acordo geral do setor como também econômicas e financeiras. A desvalorização cambial contribuiu significativamente para agravar os problemas.

Ainda assim, fomos capazes de manter nosso programa de investimentos, R\$ 1.164 milhões, iniciar novos projetos, adquirir o controle da Infovias e ainda pagar dividendos aos nossos acionistas.

Aumentos de custos, de origem externa à empresa, sem o correspondente aumento da receita produziram situações excepcionais onde o gerenciamento de caixa se tornou vital para a preservação da saúde financeira da empresa.

Graças a uma resposta adequada, a empresa se encontra em um ponto de virar a página do ano de 2002 e encarar os desafios 2003 com confiança, contando com os fundamentos necessários para retomar o caminho da lucratividade.

Nem mesmo a dimensão do provisionamento da CRC, conforme mostrado na republicação de nossos ITR’S do 2º e 3º trimestre, foi capaz de opor obstáculos a esta recuperação.

Ao contrário, estamos bastante confiantes que nossa empresa, com os objetivos traçados pelo nosso acionista majoritário, o governo do Estado de Minas Gerais, representado pelo Exmo Sr. Governador Aécio Neves, trilhará o caminho da lucratividade, criando valor para seus acionistas.

A busca constante da lucratividade, espelhada nas diretrizes traçadas pelo Governador, ponderada pelas ações de respeito aos investidores, acionistas e clientes, resultará em expansão que beneficiará não só nossa empresa, mas também o próprio Estado de Minas Gerais e seus Cidadãos.”

Flávio Decat , nosso Diretor Financeiro, completa:

“Naturalmente, ainda estamos traçando nossas ações, dentro do contexto estabelecido pelo Sr. Governador. Entretanto, algumas áreas, já identificadas e acordadas com o Conselho de Administração, mostram onde podemos avançar:

– buscar o crescimento significa tomar uma posição mais ousada e competitiva no mercado, estar atenta a eventuais oportunidades de negócios que certamente surgirão em função da necessária reestruturação do setor energético no Brasil e participar de futuras licitações, de forma isolada ou em parceria com outras empresas estatais ou privadas.

– Agregar valor significa dar nova estrutura à organização da empresa, de forma a estabelecer modelos de gestão por unidade de negócios, reduzir de custos não só operacionais, como financeiros e a modernização dos processos de venda da energia.”

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.991 milhões em 2002 comparado à receita de R\$4.731 milhões em 2001, com um crescimento de 26,63%. Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- ❑ reajustes nas tarifas de 16,50% em abril de 2001 (efeito integral no exercício de 2002) e 10,51% a partir de 08 de abril de 2002;

- ❑ receita adicional com o ressarcimento pela compra de energia livre no MAE; e,
- ❑ aumento de 1,96% no volume de energia vendida a consumidores finais.

A venda de energia a consumidores finais no 1º trimestre de 2002 continua impactada pelo Programa de Racionamento que vigorou até o mês de fevereiro. Apesar de observarmos o crescimento no volume de energia vendida, a partir do 2º trimestre de 2002, os novos hábitos de consumo de energia da população e a retração da economia brasileira não permitiram que a venda de energia elétrica atingisse os níveis verificados antes do Programa de Racionamento. Desta forma, foi verificado um crescimento de 1,96% no volume de energia vendida, que foi de 35.634 GWh em 2002, comparado a 34.947 GWh em 2001. As classes mais representativas de consumidores, industrial, comercial e residencial, apresentaram, no exercício atual, crescimento de 2,60%, 0,45% e redução de 1,78%, respectivamente.

O Grupo CEMIG reconheceu em 2002 uma receita referente a suprimento de R\$534 milhões em comparação a R\$145 milhões no exercício anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da alteração na metodologia de cálculo das obrigações e direitos referente às operações com energia no MAE e corresponde ao ressarcimento à CEMIG da diferença entre os montantes a pagar ao MAE pelas transações ocorridas durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh, definido através de regulamentação específica.

O Grupo CEMIG, em conformidade ao Acordo Geral do Setor Elétrico, reconheceu nos exercícios de 2002 e 2001, receita com recomposição tarifária extraordinária nos montantes de R\$275 milhões e R\$1.058 milhões, respectivamente. Esses montantes referem-se às perdas de faturamento e parcela das despesas com energia comercializada no Mercado Atacadista de Energia – MAE, durante a vigência do Programa de Racionamento. Os valores reconhecidos como receita com recomposição tarifária extraordinária estão sendo recebidos pela Companhia através de um reajuste adicional, a vigorar pelo prazo máximo de 82 meses, a partir de janeiro de 2002.

Por outro lado, as despesas operacionais foram de R\$4.593 milhões em 2002 e R\$3.962 milhões em 2001, um aumento de 15,93%, decorrente substancialmente do crescimento nas despesas com energia comprada para revenda e provisão para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir

Despesa com pessoal de R\$551 milhões em 2002, comparada a R\$553 milhões em 2001. Os salários dos empregados foram reajustados em 11,45% e 8,16% em novembro de 2002 e 2001, respectivamente. Entretanto, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, implementado em 2001, no valor total de R\$33 milhões, contribuiu para que a despesa com pessoal se mantivesse estável.

Despesa com energia comprada para revenda de R\$1.733 milhões em 2002, comparada à despesa de R\$1.514 milhões no exercício de 2001, com um crescimento de 14,46%. Essa variação deve-se basicamente ao crescimento de R\$156 milhões dos gastos com energia comprada de Itaipu, R\$979 milhões em 2002 e R\$823 milhões em 2001 e, adicionalmente à revisão pela ANEEL dos valores a serem pagos referente à energia adquirida no MAE durante a vigência do Programa de Racionamento. Deve ser ressaltado que o aumento na despesa com compra de energia no MAE em 2002 foi parcialmente compensado pelo aumento na receita com suprimento de energia, considerando que o Acordo Geral do Setor Elétrico definiu que a diferença entre os montantes a serem pagos ao MAE pelas transações ocorridas durante a vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh deveria ser reembolsada às geradoras de energia elétrica.

Despesa com serviços de terceiros de R\$265 milhões em 2002 em comparação a R\$219 milhões em 2001, com um crescimento de 21,00%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste nos contratos de prestação de serviços, destacando-se aqueles relacionados a entrega de contas e agentes arrecadadores de contas de energia.

Obrigações pós-emprego de R\$145 milhões em 2002 em comparação a R\$201 milhões em 2001, com uma redução de 27,86%. A CEMIG, através de acordo coletivo específico com os sindicatos, implementou alterações nos critérios de custeio do plano de saúde para seus empregados ativos e aposentados. Esta alteração resultou em uma redução, no exercício de 2002, de R\$72 milhões nas



obrigações atuariais, sendo reconhecida no resultado do exercício atual e justificando a redução verificada.

Provisão efetuada em 2002, no montante de R\$178 milhões referente a possíveis perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária, considerando o prazo máximo de 82 meses para vigência do reajuste homologado pela ANEEL.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Despesa com variações cambiais em 2002 de R\$803 milhões em comparação a R\$260 milhões no exercício de 2001, sendo incidente principalmente sobre os empréstimos e financiamentos do Grupo CEMIG em moeda estrangeira. No exercício de 2002 o Real apresentou uma desvalorização de 52,27% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 18,67% no exercício de 2001.
- ❑ Receita de variação monetária, calculada com base na variação da SELIC, incidente sobre os valores da Recomposição Tarifária Extraordinária, no montante de R\$199 milhões em 2002, comparada a R\$26 milhões em 2001. Conforme definido pela ANEEL, os valores constantes da recomposição tarifária referente aos gastos com energia livre a serem repassados aos geradores somente serão atualizados pela SELIC a partir de janeiro de 2003.
- ❑ Crescimento de R\$151 milhões na receita com aplicações financeiras em função da maior disponibilidade de caixa em 2002, implicando em um maior volume de recursos aplicados no mercado financeiro, e do rendimento das aplicações financeiras vinculadas à variação cambial.
- ❑ Juros sobre capital próprio a serem pagos em 2003, no montante de R\$220 milhões (R\$103 milhões em 2001).
- ❑ Provisão para desvalorização ao valor de mercado das Notas do Tesouro Nacional, no montante de R\$61 milhões em comparação à provisão de R\$4 milhões no exercício anterior. Esse crescimento foi em função do maior deságio exigido pelo mercado financeiro na negociação de títulos de longo prazo.

O Grupo CEMIG constituiu uma provisão para perdas com o contrato da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais no montante de R\$1.045 milhões. Essa provisão corresponde ao valor integral, em 31 de março de 2002, do Segundo Aditivo contratual assinado com o Governo do Estado de Minas Gerais no exercício de 2002. A provisão constituída decorre do histórico de inadimplência no recebimento das parcelas do contrato e da não existência, no aditivo mencionado, de garantias que assegurem o recebimento dos valores registrados.

Demonstração dos Resultados										
Valores em milhões de Reais										
	2002					2001				
	ANO	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	ANO
Receita Líquida	5.119	1.298	1.539	1.043	1.239	2.001	854	1.037	960	4.852
Despesas Operacionais	(4.593)	(1.208)	(1.479)	(947)	(959)	(1.272)	(928)	(913)	(850)	(3.962)
EBIT	525	89	60	96	280	729	(74)	124	110	890
Resultado Financeiro	(615)	142	(450)	(374)	67	170	(196)	(68)	(101)	(195)
Resultado não Operacional	(27)	(7)	(6)	(7)	(7)	(28)	(35)	(4)	(23)	(90)
Perda Extraordinária	(1.045)	-	-	(1.045)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	(1.002)	149	(256)	(1.115)	220	673	(209)	27	(13)	478

Receitas Operacionais										
Valores em milhões de Reais										
	2002					2001				
	ANO	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	ANO
Vendas a consumidores finais	5.458	1.515	1.400	1.402	1.141	1.100	1.004	1.290	1.193	4.587
Receitas Extraordinárias	275	6	8	(54)	315	1.058	-	-	-	1.058
Suprimento	534	45	439	11	39	90	38	9	8	145
Receita de Transmissão de Rede	185	51	54	42	38	40	41	37	36	154
Outras	300	129	67	61	43	68	49	56	51	224
Deduções	(1.633)	(448)	(429)	(419)	(337)	(354)	(278)	(355)	(328)	(1.315)
Receitas Líquidas	5.119	1.298	1.539	1.043	1.239	2.001	854	1.037	960	4.852

Despesas Operacionais										
Valores em milhões de Reais										
	2002					2001				
	ANO	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	ANO
Energia Comprada	1.733	278	793	302	360	699	303	280	232	1.514
Pessoal	553	155	133	132	133	127	125	136	167	554
Depreciação e amortização	551	142	138	139	132	133	130	127	126	516
CCC	345	92	92	91	70	5	88	85	71	249
Transmissão de Encargos de Rede	298	78	78	77	65	45	74	66	66	251
Serviços de Terceiros	265	85	68	60	52	52	62	58	47	219
Forluz – Benefícios de empregados pós aposentadoria	145	(17)	54	54	54	51	50	50	50	201
Outras Despesas	703	395	123	92	93	161	96	111	90	458
Total	4.593	1.208	1.479	947	959	1.272	928	913	850	3.962

Venda de Energia

	No. de Consumidores		MWh		R\$ mil	
	ANO		ANO		ANO	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	4.615.178	4.429.005	6.360.335	6.475.291	1.791.096	1.593.969
Industrial	68.211	68.105	21.906.479	21.351.042	2.191.718	1.841.072
Comercial	515.771	540.442	3.283.429	3.268.696	791.300	674.006
Rural	338.396	322.493	1.704.626	1.572.143	252.291	205.894
Outros	52.593	50.634	2.329.123	2.228.512	370.292	306.937
Consumo próprio	1.339	1.391	50.064	51.732	-	-
Fornecimento não faturado, líquido	-	-	-	-	60.923	(35.024)
Suprimento	4	5	313.392	632.101	20.469	28.610
Transações no MAE	-	-	-	-	513.127	115.925
TOTAL CONSOLIDADO	5.591.492	5.412.075	35.947.448	35.579.517	5.991.216	4.731.389

Análise do Resultado Financeiro
Valores em milhões de Reais

	2002					2001				
	ANO	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	4º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	ANO
Receitas Financeiras										
Renda da Aplicação Financeira	236	39	102	65	30	22	34	15	14	85
Acrésc. Morat. Ctas Energia Elétrica	43	14	10	11	8	8	10	15	9	42
Contrato CRC/Estado (juros + variação monetária)	308	128	82	56	42	67	87	57	42	253
Variação monetária da Recomposição Tarifária Extraordinária	199	-	61	76	62	26	-	-	-	26
Variações cambiais	75	(7)	53	23	6	32	11	7	8	58
PASEP/COFINS sobre a receita financeira	(45)	(15)	(16)	(8)	(6)	(7)	(5)	(4)	(3)	(19)
Outras	51	(52)	87	7	9	15	5	8	22	50
	867	107	379	230	151	163	142	98	92	495
Despesas Financeiras										
Encargos de empréstimos e financiamentos	(251)	(67)	(60)	(67)	(57)	(89)	(54)	(38)	(45)	(226)
Variações cambiais	(803)	166	(625)	(342)	(2)	250	(279)	(100)	(131)	(260)
Var. Monet. Passivas-Empr. Financ.	(101)	(31)	(54)	(12)	(4)	(16)	(8)	(6)	(3)	(33)
CPMF	(28)	(9)	(7)	(7)	(5)	(10)	(6)	(6)	(5)	(27)
Provisão p/ desval. Tít. Valores Mobiliários	(61)	9	(49)	(26)	5	(1)	(4)	(4)	5	(4)
Venda antecipada de energia elétrica	(10)	-	(6)	(4)	-	(19)	15	(6)	(9)	(19)
Outras	(8)	66	(27)	(26)	(21)	(5)	(2)	(6)	(5)	(18)
	(1.262)	134	(828)	(484)	(84)	110	(338)	(166)	(193)	(587)
Juros sobre capital próprio	(220)	(100)	-	(120)	-	(103)	-	-		(103)
	(615)	142	(450)	(374)	67	170	(196)	(68)	(101)	(195)

Transações com partes relacionadas		
Valores em milhões de Reais		
	2002	2001
	Governo do Estado de Minas Gerais	Governo do Estado de Minas Gerais
ATIVO		
Circulante		
Consumidores e Revendedores	8	3
Tributos Compensáveis-		
ICMS a Compensar em 48 meses	15	16
Realizável a Longo Prazo		
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	755	1.492
Outros -		
ICMS a Compensar - questionamento judicial	19	19
ICMS a Compensar em 48 meses	50	29
PASSIVO		
Circulante		
Tributos e Contribuição Social-		
ICMS a Pagar	44	29
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	50	49
Exigível a Longo Prazo		
Debêntures	26	-
	2002	2001
RESULTADO		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	25	21
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(1.143)	(959)
Receita Financeira-		
Juros e Variação Monetária – Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	308	253
Perda Extraordinária	(1.045)	-



Participação acionária

Acionistas	Número de ações em 31 de dezembro de 2002					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.119.657.399	51,0	3.030.572.489	3,3	39.150.229.888	24,1
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	23.362.956.173	33,0	-	-	23.362.956.173	14,4
Outros	125.680.827	0,2	182.462.458	0,2	308.143.285	0,2
Nacional	8.955.349.826	12,6	46.855.689.646	51,3	55.811.039.472	34,4
Estrangeira	2.310.523.698	3,3	41.210.926.509	45,1	43.521.450.207	26,8
Total	70.874.167.923	100,0	91.279.651.102	100,0	162.153.819.025	100,0

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
(Em milhões de Reais)		
	ANO	ANO
	2002	2001
CIRCULANTE		
Disponibilidades	123	696
Consumidores e Revendedores	882	485
Consumidores – Recomposição Tarifária	258	259
Concessionários – Transp. Energia	18	18
Revendedores - Transações no MAE	83	-
Tributos Compensáveis	21	89
Almoxarifado	21	12
Despesa antecipada – CVA	226	41
Recebíveis do Governo Federal - Perda de Receita com Consumidores de Baixa Renda	42	-
Outros Créditos	146	90
	1.820	1.690
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Contas a Receber do Governo do Estado Minas Gerais	755	1.492
Consumidores – Recomposição Tarifária	1.150	1.072
Despesas Antecipadas - CVA	195	106
Créditos Tributários	541	436
Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda	53	70
Racionamento – Bônus e custos de adaptação	52	123
Revendedores - Transações no MAE	463	80
Tributos Compensáveis	82	56
Depósitos vinculados a Litígios	66	16
Outros créditos	106	75
	3.463	3.526
PERMANENTE		
Investimentos	608	356
Imobilizado	7.898	7.633
Diferido	25	10
	8.531	7.999
Total do Ativo	13.814	13.215

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
(Em milhões de Reais)		
	ANO	ANO
	2002	2001
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.275	551
Tributos e Contribuição Social	151	213
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	43
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	834	332
Salários e Contribuições Sociais	109	97
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	211	217
Obrigações Pós-Emprego	181	152
Encargos Regulatórios	94	51
Outras obrigações	106	120
	2.961	1.776
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.551	2.050
Obrigações Pós-Emprego	1.656	1.702
Fornecedores - Suprimento	334	373
Racionamento – Sobretaxa	-	25
Tributos e Contribuição Social	217	-
Provisões para contingências	315	319
Outras obrigações	70	53
	5.143	4.522
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		
	29	15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	1.622	1.590
Reservas de Capital	4.032	4.106
Reservas de Lucros	-	1.153
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	25
	5.654	6.875
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27	27
	5.681	6.902
TOTAL DO PASSIVO	13.814	13.215